

Gustavo Barchet – Direito Administrativo

Curso Teórico de Direito Administrativo

Índice (Aulas 01 - 153)

UNIDADE 01: INTRODUÇÃO

1. **FUNÇÕES DO ESTADO**
2. **ADMINISTRAÇÃO EM SENTIDO AMPLO E EM SENTIDO ESTRITO**
3. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO SUBJETIVO, FORMAL OU ORGÂNICO**
4. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO OBJETIVO, MATERIAL OU FUNCIONAL**
5. **AS ATIVIDADES-MEIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
6. **DIREITO ADMINISTRATIVO - NATUREZA JURÍDICA**
7. **DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO**
8. **ABRANGÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO**
9. **SISTEMAS ADMINISTRATIVOS: SISTEMA INGLÊS E SISTEMA FRANCÊS**
10. **SISTEMA ADMINISTRATIVO BRASILEIRO**
11. **UMA CONCEPÇÃO MODERNA**
12. **INTERESSE PÚBLICO - CONCEITO**
13. **ESPÉCIES DE INTERESSES DO ESTADO**
14. **TEORIAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS AGENTES PÚBLICOS**
 - 14.1. Teoria do Mandato
 - 14.2. Teoria da representação
 - 14.3. Teoria do Órgão
15. **FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO**

UNIDADE 02: PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

1. **NOÇÕES GERAIS**
2. **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**
3. **PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE**
4. **PRINCÍPIO DA MORALIDADE**
5. **PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE**
6. **PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**
7. **PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE**
8. **PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO**
9. **PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO**
10. **PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA**
11. **PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**
12. **PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA**
13. **PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO**
14. **PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA**
15. **PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**
16. **PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE**
17. **PRINCÍPIO DA TUTELA OU DO CONTROLE FINALÍSTICO**
18. **PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE**

UNIDADE 03: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. ENTIDADES POLÍTICAS E ENTIDADES ADMINISTRATIVAS
2. MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
 - 2.1. Descentralização administrativa
 - 2.2. Desconcentração administrativa
3. ÓRGÃOS PÚBLICOS
 - 3.1. Conceito de órgão público
 - 3.2. Capacidade processual dos órgãos públicos
 - 3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS
 - 3.3.1. Quanto à estrutura: simples e compostos
 - 3.3.2. Quanto à atuação funcional: órgãos singulares e colegiados
 - 3.3.3. Quanto à posição estatal: órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos
 - 3.3.4. Quanto à função: órgãos ativos, de controle consultivos
4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
5. ENTIDADES NÃO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
6. INSTITUIÇÃO DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
7. TUTELA OU CONTROLE FINALÍSTICO
8. REGIMES JURÍDICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
9. MODALIDADES DE ENTIDADES ADMINISTRATIVAS
 - 9.1. Autarquias
 - 9.2. Fundações Públicas
 - 9.3. Sociedades de economia mista e empresas públicas
10. DIFERENÇAS ENTRE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
 - 10.1. Justiça competente, na esfera federal
 - 10.2. Forma Jurídica
 - 10.3. Composição do capital
11. ALGUNS TÓPICOS DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 - 11.1. Regimes de Pessoal
 - 11.2. Patrimônio
 - 11.3. Responsabilidade civil

11.4. Licitação

11.5. Imunidade Tributária Recíproca

11.6. Vedação à concessão de benefícios e privilégios fiscais exclusivos para as empresas públicas e sociedades de economia mista

11.7. Privilégios processuais

11.8. Participação do Poder Legislativo no processo de nomeação ou exoneração de dirigentes de entidades administrativas

11.9. Falência

12. REFORMA DO ESTADO

13. CONTRATO DE GESTÃO

14. AGÊNCIAS EXECUTIVAS

15. AGÊNCIAS REGULADORAS

15.1. ORIGEM E CONCEITO

15.2. MODALIDADES

15.3. FORMA JURÍDICA

15.4. LICITAÇÃO

15.5. CARACTERÍSTICAS

15.6. CONTROLE

15.7. REGIME DE PESSOAL

15.8. ALGUMAS DISPOSIÇÕES DA LEI 9.986/2000

**UNIDADE 04: TERCEIRO SETOR - AS ENTIDADES
PARAESTATAIS**

1. **INTRODUÇÃO**
2. **SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS**
3. **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**
 - 3.1. **NOÇÕES GERAIS**
 - 3.2. **REQUISITOS**
 - 3.3. **APROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO**
 - 3.4. **FORMAS DE INCENTIVO**
 - 3.5. **FORMAÇÃO DO VÍNCULO: O CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE O PODER PÚBLICO E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**
 - 3.6. **FISCALIZAÇÃO**
 - 3.7. **DESQUALIFICAÇÃO**
4. **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE COLETIVO (OSCIP)**
 - 4.1. **NOÇÕES GERAIS**
 - 4.2. **ÁREAS DE ATUAÇÃO**
 - 4.3. **ENTIDADES A QUEM É VEDADA A QUALIFICAÇÃO**
 - 4.4. **APROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO**
 - 4.5. **DESQUALIFICAÇÃO**
 - 4.6. **FORMAÇÃO DO VÍNCULO**
 - 4.7. **FISCALIZAÇÃO**
 - 4.8. **DIFERENÇAS ENTRE OS E OSCIP**

UNIDADE 05: PODERES ADMINISTRATIVOS

1. INTRODUÇÃO
2. PODER VINCULADO
3. PODER DISCRICIONÁRIO
4. PODER REGULAMENTAR
5. PODER HIERÁRQUICO
6. PODER DISCIPLINAR
7. PODER DE POLÍCIA
 - 7.1. NOÇÕES GERAIS
 - 7.2. SENTIDO NEGATIVO DO PODER DE POLÍCIA
 - 7.3. POLÍCIA ADMINISTRATIVA, POLÍCIA JUDICIÁRIA E POLÍCIA DE MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA
 - 7.4. ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

UNIDADE 06: ATOS ADMINISTRATIVOS

1. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO
2. FATOS DA ADMINISTRAÇÃO
3. FATOS ADMINISTRATIVOS
4. REQUISITOS OU ELEMENTOS DE VALIDADE
 - 4.1. COMPETÊNCIA
 - 4.2. FINALIDADE
 - 4.3. FORMA
 - 4.4. MOTIVO
 - 4.4.1. MOTIVAÇÃO
 - 4.5. OBJETO
5. A TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES
6. ABUSO DE PODER
7. MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO
8. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO

- 8.1. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE
- 8.2. IMPERATIVIDADE
- 8.3. AUTO-EXECUTORIEDADE
- 8.4. TIPICIDADE
- 9. DESFAZIMENTO OU EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
 - 9.1. ANULAÇÃO
 - 9.2. REVOGAÇÃO
 - 9.3. CASSAÇÃO
 - 9.4. CONTRAPOSIÇÃO
 - 9.5. OUTRAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO
- 10. CONVALIDAÇÃO
- 11. CONVERSÃO
- 12. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
 - 12.1. ATOS DE IMPÉRIO, DE GESTÃO E DE EXPEDIENTE
 - 12.2. ATO SIMPLES, COMPLEXO E COMPOSTO
 - 12.3. ATO PERFEITO, IMPERFEITO, PENDENTE OU CONSUMADO
 - 12.4. ATO VÁLIDO, NULO, ANULÁVEL E INEXISTENTE
 - 12.5. ATOS GERAIS E INDIVIDUAIS
 - 12.6. ATOS INTERNOS E EXTERNOS
- 13. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS
 - 13.1. ATOS NEGOCIAIS
 - 13.2. ATOS ENUNCIATIVOS
 - 13.3. ATOS PUNITIVOS
 - 13.4. ATOS NORMATIVOS
 - 13.5. ATOS ORDINATÓRIOS
- 14. ATOS ADMINISTRATIVOS QUANTO À FORMA

UNIDADE 07: PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. NOÇÕES GERAIS
2. LEI Nº 9.784/1999
3. PRINCÍPIOS COM PREVISÃO EXPRESSA NA LEI Nº 9.784/99
4. DIREITOS E DEVERES DOS ADMINISTRADOS
5. INSTAURAÇÃO
6. LEGITIMIDADE
7. COMPETÊNCIA
8. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO
9. FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO
10. COMUNICAÇÃO DOS ATOS
11. INSTRUÇÃO
12. MOTIVAÇÃO
13. DESISTÊNCIA, RENÚNCIA E EXTINÇÃO
14. CONVALIDAÇÃO
15. RECURSO E REVISÃO
16. PRAZOS
17. SANÇÕES